

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS UTILIZADAS	21
INTRODUÇÃO.....	23
<i>Capítulo 1</i>	
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PLANO DE DIREITO MATERIAL.....	27
1. Antecedentes históricos.....	27
2. O desenvolvimento da teoria da desconsideração no Brasil.....	31
3. Conceito de desconsideração.....	37
3.1. Espécies de desconsideração: atributiva e para fins de responsabilidade.....	38
3.2. Consequências da desconsideração para fins de responsabilidade	41
4. Pressupostos para a desconsideração	48
4.1. Teoria maior	48
4.2. Teoria menor	52
5. A situação substancial do terceiro atingido pela desconsideração.....	54
5.1. Teorias sobre a estrutura da obrigação	54
5.1.1. Teoria monista ou unitária	55
5.1.2. Teoria dualista ou binária	55
5.1.3. Teoria publicista ou processualista	60
5.1.4. A posição adotada neste trabalho.....	61
5.2. Situação do terceiro atingido pela desconsideração.....	66
5.2.1. Questão prévia: responsabilidade executiva primária e responsabilidade executiva secundária	67

5.2.2.	Desconsiderando como devedor	73
5.2.3.	Desconsiderando como responsável	75
5.2.4.	A posição adotada neste trabalho	79
5.2.5.	A relação jurídica que viabiliza a desconsideração	93

Capítulo 2

NATUREZA DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 97

1.	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	97
2.	Natureza jurídica	98
2.1.	Conceito de demanda.....	98
2.2.	Cumulação de demandas.....	106
2.3.	Incidente de desconsideração tem natureza de demanda.....	111
2.4.	Incidente processual ou processo incidente?	116
3.	Análise da demanda de desconsideração.....	120
3.1.	Condições da ação relativas à demanda de desconsideração.....	121
3.1.1.	Legitimidade ativa e interesse de agir. Caráter preliminar ou prejudicial da questão relativa à relação obrigacional que se aproveitará da desconsideração?..	123
3.1.1.1.	Outros interessados para o pleito de desconsideração	139
3.1.2.	Legitimidade passiva	141
3.2.	Elementos da demanda de desconsideração	146
3.2.1.	Partes	146
3.2.1.1.	Litisconsórcio	147
3.2.1.2.	Partes na demanda cumulada e partes na demanda de desconsideração	150
3.2.2.	Pedido.....	156
3.2.3.	Causa de pedir.....	158

Capítulo 3

O PROCEDIMENTO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	163
1. Questão prévia: diferenças entre a demanda originária e a demanda incidental de desconsideração	163
2. Petição inicial	164
2.1. Competência	165
2.2. Dados pessoais do autor e do réu	168
2.3. Valor da causa e taxa judiciária	169
2.4. Provas	170
2.5. Audiência de conciliação ou de mediação	172
3. Anotação no distribuidor	173
4. Tutela provisória	175
5. Admissão	176
6. Suspensão do processo	178
7. Defesa	181
7.1. Efeitos para o desconsiderando de eventual coisa julgada anterior sobre a relação obrigacional	182
7.1.1. A situação jurídica substancial do desconsiderando no que tange à relação obrigacional	182
7.1.2. A situação jurídica processual do desconsiderando no que tange a eventual demanda sobre a relação obrigacional ..	185
7.1.2.1. Os efeitos da coisa julgada perante terceiros. A hipótese do litisconsórcio unitário	185
7.1.2.2. Do ponto de vista processual, a posição do desconsiderando é equiparável àquela do litisconsorte facultativo unitário. Hipótese singular de substituição processual	190
7.2. Matérias de defesa passíveis de alegação pelo desconsiderando	200

7.2.1.	Defesa no âmbito da demanda de desconsideração	200
7.2.2.	Defesa no âmbito da demanda que tenha por objeto a relação obrigacional...	204
7.3.	Meios e momento para a defesa.....	206
7.3.1.	Defesa pertinente à demanda de desconsideração	206
7.3.2.	Defesa pertinente à demanda que tenha por objeto a relação obrigacional.....	208
7.4.	Hipótese de cabimento de embargos de terceiro e sua função	209

Capítulo 4

A DECISÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	211
1. Julgamento do pedido de desconsideração.....	211
2. Natureza da decisão de mérito de procedência do pedido de desconsideração da personalidade jurídica	212
2.1. Decisões declaratórias, condenatórias e constitutivas.....	212
2.2. A decisão de desconsideração tem natureza constitutiva	217
3. Ônus de sucumbência.....	224
4. Fraude à execução	229
5. Recursos cabíveis.....	231
6. Coisa julgada.....	235
CONCLUSÃO	239
POSFÁCIO	255
REFERÊNCIAS	259